

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0024785/2022	DATA DE ENTRADA	29/12/2022 09:46:29
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

ASSUNTO	LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
COMPLEMENTO	RECURSO DO PREGÃO PP: 42/2022

REQUERENTE	
ARES EMPREENDIMENTOS SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO  
112333-EDUARDO DOS SANTOS SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



0024785/2022

29/12/2022 09:46:29

REQUERENTE  
ARES EMPREENDIMENTOS SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS

ASSUNTO  
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

COMPLEMENTO  
RECURSO DO PREGÃO PP: 42/2022





**ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

CNPJ: 30.837.779/0001-65

Rua Carlota Ferreira Crespo Barreto, 100, It 12, Jacuba, Rio Bonito/RJ

Tel. (21) 99804-4735 Email: licitacoes@aresempreendimentos.net

ILMA. SRA. PREGOEIRA E COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL MARICÁ/RJ

PREGÃO PRESENCIAL SRP 042/2022 – Processo nº 545/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ/RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

**ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**, CNPJ nº 30.837.779/0001-65, sediada na Rua Carlota Ferreira Crespo Barreto, 100, It 12, Jacuba, Rio Bonito/RJ, por seu Representante Legal Sr. **LINCOLN KAYÊ GOMES FILHO**, sócio administrador, vem na forma da lei, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão do Pregoeiro e Comissão de Licitação, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas.

## DOS FATOS

O procedimento licitatório em destaque versa sobre Contratação de empresa para Locação de máquinas, equipamentos e utilitário para atender as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Pesca de Maricá.

O procedimento foi realizado no dia 26-12-2022.

Conforme se depreende da 1ª Ata do certame, a recorrente não se classificou para a fase de lance nos itens 01 e 02, locação de caminhão basculante e de Retroescavadeira, restando, inicialmente, apresentando o 5º melhor preço.

Contudo, após reivindicação do recorrente, a empresa SILGUI, foi desclassificada por não apresentar a marca dos produtos ofertados, tendo em vista constar expressamente tal observação da Proposta Detalhe.

Neste sentido, oportuna a descrição das observações da Proposta Detalhe:

OBS: Deve ser colocado dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD contendo arquivo do Word e Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa.

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado.

OBS: A licitante vencedora deverá apresentar a proposta final observando os itens 11.16, 11.16.1 e 11.16.2.

OBS: Havendo divergência entre as descrições e as marcas exemplificativas deverão prevalecer às descrições dos objetos.

Não obstante, o recorrente se manifestou pela desclassificação das propostas das empresas SUPER LAGOS, LUGOM e AVANTE, eis que igualmente descumpriram os critérios de entrega da Proposta Detalhe ao não apresentarem detalhamento de custo na forma do subitem 11.16.3.



Contudo, a CPL não acatou tal solicitação sob argumento de que houve omissão ou nas palavras da própria ata “erro material”, ou seja, esqueceu de incluir na proposta detalhe que apenas a licitante vencedora deveria apresentar o detalhamento de custo e por tal razão, não haveria necessidade de desclassificação, já que a licitante vencedora obrigatoriamente teria que apresentar composição de custo.

Entretanto, não é o que está descrito no Edital.

Primeiramente, como já transcrito, a Proposta Detalhe apenas faz menção que o Licitante Vencedor deverá cumprir aos subitens 11.16; 11.16.1 e 11.16.2, pois tais subitens do edital expressamente estão vinculados ao licitante vencedor.

Ao contrário, o subitem 11.16.3, que expressamente faz menção única e exclusivamente a apresentação da proposta detalhe para sua análise e ‘JULGAMENTO DA PROPOSTA’, conforme descrito no item 11, vejamos:

## 11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 40, VII e X, Lei N.º 8.666/93)

11.1 – No local, dia e hora previstos neste edital, em Sessão pública deverão comparecer os licitantes, com os envelopes contendo a Documentação para Habilitação (B) e a Proposta de Preços (A), assim como, com declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação de forma avulsa.

11.2 – Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

(...)

11.16 – O licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances verbais.

11.16.1 – A proposta final do licitante vencedor, não poderá ser superior ao valor estimado para a presente licitação.

11.16.2 - A proposta final deve, obrigatoriamente, estar acompanhadas da Planilha de Detalhamento de Custos Unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano).

11.16.3 – Juntamente com a Proposta Detalhe, a licitante deve apresentar Planilha com a decomposição dos custos e os valores unitários e o total por extenso, a formatação da mesma planilha é de livre elaboração da licitante.

Com a transcrição supra, mostra-se de maneira didática que o subitem 11.16.3 não se confunde com os demais, haja vista que ele refere-se claramente a “**licitante**”, ou seja, a todos os concorrentes que apresentarem a Proposta Detalhe para Julgamento.





Em contrapartida, os subitem citados na "OBS" da proposta detalhe fazem menção ao "**licitante vencedor**" quando da apresentação da "**proposta final**".

A distinção fica ainda mais clara quando o subitem 11.16.2 estabelece que o vencedor na apresentação da proposta final, deverá "**obrigatoriamente, estar acompanhadas da Planilha de Detalhamento de Custos Unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano)**".

Enquanto isso, o subitem 11.16.3, define que a "**formatação da dessa planilha é de livre elaboração da licitante**".

Portanto, tratam-se de momentos distintos do certame, o prévio referente ao julgamento das propostas (11.16.3) e o posterior, quando da apresentação da proposta final da licitante vencedora (11.16; 11.16.1 e 11.16.2).

Portanto, não há se falar em **interpretação subjetiva**, que é justamente o que ocorre quando a CPL tenta justificar o não cumprimento do disposto no edital pelas empresas quando afirma que a licitante vencedora também terá que apresentar composição de custo.

Nada justifica o não cumprimento o item 11.16.3, inclusive menos complexo que aquele a ser apresentado ao final, haja vista que as nomenclaturas e etapas apresentadas no instrumento convocatório são claramente distintas.

## DA INTERPRETAÇÃO SUBJETIVA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

No que tange a interpretação objetiva e a vinculação ao instrumento convocatórios, importante a transcrição do Edital:

1.3. A presente licitação e o contrato que dela resultar serão regidos pelas disposições contidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 270/2002 e 158/18, e suas alterações em vigor, pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Complementar 123/06, e demais normas aplicáveis à espécie, que ficam fazendo parte integrante do presente **instrumento editalício**, como se nele estivessem transcritas e **às quais as partes, desde já, sujeitam-se incondicionalmente**.

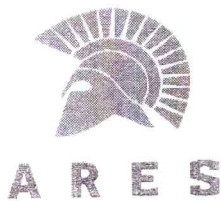
11.2 – Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as **Propostas de Preços**, verificando, preliminarmente, a **conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório**, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

11.16.3 – Juntamente com a Proposta Detalhe, a licitante deve apresentar Planilha com a **decomposição dos custos** e os valores unitários e o total por extenso, a formatação da dessa planilha é de livre elaboração da licitante.

19.12 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, **sem comprometimento da segurança do futuro contrato e do fiel cumprimento da lei**.

19.21 – As empresas que **não obedecerem, rigorosamente, as exigências do Edital, serão inabilitadas/desclassificadas**, ressalvadas as hipóteses de vícios de menor complexidade sanáveis conforme o caso.





19.22 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará o total conhecimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado **que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal competente e demais normas pertinentes à espécie, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, tendo sua decisão ratificada pela Autoridade superior através da Homologação.**

Dito isto, como eventuais lacunas e/ou omissões, assim como toda e total interpretação dada ao instrumento convocatório, deve respeitar estritamente o descrito na lei, neste caso, o expresso nos arts. 3º, 41 e 55 da Lei 8.666/93, verbis:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**”

“Art. 41. A Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**”.

“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI – **a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.**”

Como resta demonstrado e de conhecimento geral, a Administração está estritamente vinculada ao edital convocatório, tendo o dever de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma editalício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas.

O edital é a lei interna do certame e vincula as partes, como ensina DIOGENES GASPARINI:

“[...] estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento” [GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487].

O TCU repudiam tal conduta ilegal, possuindo entendimento que “**À luz do julgamento objetivo (art. 45 da Lei 8.666/1993), a fonte condicionante da seleção da melhor proposta deve ser sempre e exclusivamente os critérios previstos no edital, de sorte que cabe à comissão de licitação apenas aplicá-los objetivamente na avaliação das propostas**”. (TC 029.696/2014-3)

Não obstante, a Administração não tratou os licitantes com isonomia, uma vez que não desclassificou todos que não cumpriram fielmente o edital, desclassificando quem descumpriu o edital por não apresentar marca na proposta, mas manteve aqueles que igualmente descumpriram o edital por não apresentar composição de custos.

## **DA ANÁLISE PRETÉRITA**





**ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**  
CNPJ: 30.837.779/0001-65

Rua Carlota Ferreira Crespo Barreto, 100, It 12, Jacuba, Rio Bonito/RJ  
Tel. (21) 99804-4735 Email: licitacoes@aresempreendimentos.net

Curiosamente, tal tema já foi preteritamente debatido entre o Recorrente e esta CPL/Administração Pública, surpreendentemente pelo Pregão Pretérito que sucedeu este certame, de mesmo objeto e da mesma Secretaria solicitante, PP 07/2021, realizado em 02/07/2021.

Naquela ocasião, o recorrente restou desclassificado por não informar a marca na proposta e em recurso, a **Administração informou que estavam restritos ao cumprimento do edital pela sua vinculação ao instrumento convocatório**, e portanto, deveriam seguir literalmente o ali estabelecido. (vide anexo na íntegra)

Memorando 133/21 – da CPL para a CGM:

Estando essa Comissão Permanente de Licitação vinculada ao instrumento convocatório, não poderia deixar de aplicar a regra ali estabelecida, sob pena de ferir os princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e ao princípio da Isonomia.

(...)

Dessa forma, não cabe nesse momento pleitear a descon sideração de regra estabelecida diante da inépcia da representante em seguir o Edital.

Vide Memorando 238/21 da Secretaria de Agricultura para a CGM:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**

Verifica-se que as omissões na proposta da empresa recorrente desatendem ao edital regedor, ou seja, fora descumprido requisito que deveria constar obrigatoriamente da proposta, pois não há como verificar a cotação correta dos valores da proposta, pois não se pode averiguar de forma coerente o valor proposto.

A Lei nº 10.520/2002 no Art. 4º, inciso VII, é enfática:

Art. 4º a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras.

VII – aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à **verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório**.

(...)



O TCU entende conforme citamos:

Será desclassificada a proposta que não apresente os elementos mínimos necessários para a verificação do atendimento as especificações técnicas previstas em edital.

Acórdão 2241/2007 Plenário (Sumário)

O licitante que, por qualquer motivo, descumpra regra expressa fixada no edital do certame, fica sujeito as cominações nele previstas, inclusive a desclassificação, a serem aplicadas pela Administração, que também está estritamente vinculada aquele instrumento.

Acórdão 950/2007 Plenário (Sumário)

(...)

É claro e inequívoco o que se prega aqui, a lei não comporta palavras inúteis (sendo o edital a lei interna da licitação), porém não é mister que se interprete a legislação (edital) da forma que dela se quer tirar proveito, há que se coadunar com a realidade e a lógica de sentido que está implícita nesta.

Isto posto, não há que se falar em entendimento diverso, é a máxima: "Não é dado ao interprete alargar o espectro do texto legal, sob pena de criar hipótese não prevista" (Ivan Rigolin).

O professor Toshio Mukai, pontua "Onde a lei não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo".

Observemos que os itens exigidos e descumpridos, como não poderia deixar de ser, estão todos previstos no edital de regência, bem como, estão em conformidade com a legislação licitacional, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, premiente sua legalidade.

O descumprimento supra nada mais poderia ensejar que a desclassificação da proposta da licitante, como ocorreu, não pode a bem de qualquer aspecto, a não ser o edital, a Comissão de Licitação julgar o procedimento licitatório, uma vez esse exigindo, é forçoso quando há descumprimento imputar-se ao infringidor das normas editalícias o ônus da desclassificação, essa é a *ratio legis*.

A administração no zelo pela coisa pública e em prol do interesse público deverá sempre que a licitação ensejar o dispêndio de vultuosas quantias, exigir e certificar-se que o futuro contratado possui condições de tocar o pretenso contrato.

A nosso ver, poderia até ser considerada desidiosa dessa Administração deixar de exigir tais requisitos da empresa, face a complexidade do objeto envolvido, sob pena de, não raro, restar prejudicada a execução do objeto a contento, em prejuízo ao interesse público, do qual não se pode descuidar.

É imperiosa a desclassificação da proposta da impetrante, como fora decretada pela pregoeira, e conforme apontado, não pode prosseguir no certame empresa que descumpra o edital regedor, e por consequência a legislação, sob pena de restarem prejudicados os licitantes que se ativerem ao edital para formularem suas propostas e juntar sua documentação.





É mister salientar que a Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, caput, tratou de conceituar licitação, em conformidade com os conceitos doutrinários estabelecendo os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e igualdade como estritamente relevantes no julgamento das propostas e da habilitação:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Assim, a luz dos enunciados alhures, não poderá o pregoeiro considerar classificada a proposta da empresa impetrante, pelas razões já apontadas nesta peça, mormente em vista do descumprimento aos itens do edital regedor, posto que, se assim proceder, descumprirá o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado nas recomendações do Art. 41, caput, da Lei de Licitações Vigente, *ipsis verbis*:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Ao comentar o art. 41 acima transcrito, o Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra “comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, ensina:

“O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública”. (pag.382).

No dizer do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Licitação e Contrato Administrativo”,

“Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços” (pág 88).

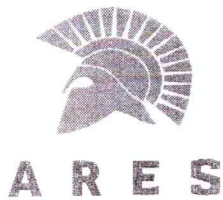
Na percepção de Diógenes Gasparini, “submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital”.

Nesta seara vejamos entendimento do STJ:

O STJ entendeu: “O princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra de que o edital faz a lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que se vinculam as partes.” Fonte: STJ, 1ª turma, RESP nº 354977/SC, Registro nº 200101284066, DJ 09 dez. 2003. P. 00213

Descumprindo estaria no caso o não menos considerável princípio da igualdade entre os licitantes, quando se uns apresentarem proposta segundo o determinado no edital, outros não poderiam descumprir, ainda quando atrelados a este princípio, segundo classificação dada por Carvalho Filho, estão os princípios correlatos, respectivamente, da competitividade e da indistinação.

Portanto, resta demonstrada de maneira cristalina e irrefutável que as licitantes SUPER LAGOS, LUGOM e AVANTE descumpriram as regras editalícias ao não apresentar a composição de custos na Proposta Detalhe, não sendo o momento da Administração inovar e alterar as regras do edital já na fase de análise de preços, **sob interpretação subjetiva** de que não mais seria necessária a apresentação de toda a documentação na fase de julgamento da proposta, ferindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e adotando interpretação subjetiva ao edital, o que também é vedado por lei.



Destaca-se que não se trata de solucionar eventuais erros sanáveis na composição do custo ou eventuais diligências para isso, uma vez que isso só seria possível se houvesse a apresentação, viciada, da composição de preço, **o que não ocorreu**.

*Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada, sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (TCU - Acórdão 1.811/2014 – Plenário)..*

Contudo, a apresentação posterior de documento que deveria inicialmente constar da proposta, é manifestamente ilegal.

*Art. 43 (...)§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a **inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta**.*

Novamente, é o mesmo entendimento adotado pelas Cortes de Contas:

*A **existência de erros materiais** ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar **diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas**, desde que não seja alterado o valor global proposto. (TCU - Acórdão 2.546/2015 – Plenário).*

*Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. (TCU - Acórdão 2873/2014 – Plenário)*

Portanto, o erro material sanável em um certame, deve ser aquele em documentos já existentes nas propostas, **o que não ocorreu**.

No mesmo sentido, não há de se falar que a ausência de documento se deu por erro material da Administração em não informar, que um documento que o Edital estabelece como obrigatório, não seria obrigatória a apresentação, sendo contraditório, desarrazoado e não isonômico com os licitantes.

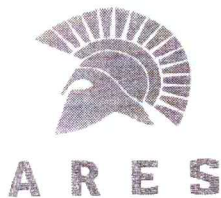
Ou seja, não se trata de erro sanável das licitantes, mas sim de erro substancial.

## DO PEDIDO

Diante do exposto, não há razões técnicas ou jurídicas para classificação das propostas que não apresentaram a composição de custo, eis que não cumprem todos os requisitos legais e editalícios, em especial ao item 11.16.3, tratando-se de aplicação de critérios subjetivos, não previstos no edital e contrariando a própria legislação, a vinculação ao instrumento convocatório, isonomia entre os licitantes e ao entendimento do TCE/RJ e TCU.

Sendo assim, requer que **seja deferido o presente recurso**, com a consequente desclassificação das Propostas Detalhe que não apresentaram juntamente a composição de custos estabelecida no subitem 11.16.3, em especial das licitantes SUPER LAGOS, LUGOM e AVANTE, eis que se trata de momento distinto do estabelecido no subitem 11.16; 11.16.1. e 11.16.2, uma vez que aquele trata-se de momento prévio, de análise de aceitação das propostas e estes de momento posterior aplicado unicamente ao licitante vencedor, conforme restou demonstrado.





**ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMNTOS**

CNPJ: 30.837.779/0001-65

Rua Carlota Ferreira Crespo Barreto, 100, It 12, Jacuba, Rio Bonito/RJ

Tel. (21) 99804-4735 Email: licitacoes@aresempreendimentos.net

Por derradeiro, tal pedido se finca no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, assim como ocorreu com aqueles licitantes que não informaram a marca, não sendo este o momento de se discutir o mérito da apresentação do documento, que deveria ter ocorrido por impugnação ou retificação do edital caso realmente as Licitantes ou Administração entendessem pela sua não apresentação.

Logo, se o edital estabelece a apresentação de determinado documento, todos os licitantes devem apresentá-los sob pena de desclassificação (item 19.21), este já é o entendimento adotado por esta Administração em procedimentos pretéritos, conforme já demonstrado.

Pede deferimento,  
Rio Bonito, 27 de dezembro de 2022.

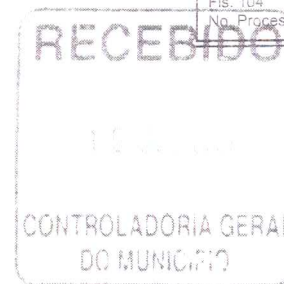
LINCOLN KAYE  
GOMES  
FILHO:17222147756

Assinado de forma digital  
por LINCOLN KAYE GOMES  
FILHO:17222147756  
Dados: 2022.12.28 18:27:10  
+03'00'

**ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMNTOS**  
CNPJ nº 30.837.779/0001-65



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Maricá, 14 de Julho de 2021.

MEMO N.º 133/2021

*À Controladoria Geral do Município,*

**Assunto:** Resposta ao Ofício PRS/SSE/CGC nº 21224/2021 sobre o Pregão Presencial 07/2021

Ao cumprimentá-los cordialmente, vimos por meio deste, informar a ciência referente ao Ofício PRS/SSE/CGC nº 21224/2021 sobre o Pregão Presencial 07/2021, e vem apresentar posicionamento a respeito dos Memorandos CGM nº 238/2021- encaminhado a esta CPL.

Em atendimento ao disposto na comunicação supra citada, o processo foi suspenso com publicação prevista no Jornal de Grande Circulação (Extra) de 15/07/2021 e publicação no Jornal Oficial de Maricá previsto para o dia 16/07/2021.

No que compete a essa especializada passamos a informar o questionado no item 1 da Decisão Monocrática, referente ao apontado pela empresa, ora representante:

A empresa representante questiona a desclassificação de sua proposta diante da ausência da informação da marca do equipamento a ser disponibilizado para locação, nesse sentido esclarecemos que embora tratar-se de serviço de locação de máquinas, equipamentos e utilitários a marca dos equipamentos se faz necessária a fim de ser efetuada a análise quanto ao atendimento dos requisitos da descrição do Edital, dessa forma sendo inerentes ao aceite da proposta.

Tal exigência consta na observação da Proposta detalhe (fls.232 do edital), dessa forma a alegada ausência de coluna específica de marca no modelo disponibilizado no edital, não fundamenta a ausência da informação por parte da representante.

A empresa representante confunde os institutos quanto à vedação de indicação de marca, uma vez que em momento algum essa municipalidade menciona qualquer marca em seu instrumento convocatório, logo não houve qualquer indicação de marca no Edital, tendo sido apenas solicitado que fosse fornecida a marca a ser locada pela licitante em sua proposta.

Estando essa Comissão Permanente de Licitação vinculada ao instrumento convocatório, não poderia deixar de aplicar a regra ali estabelecida, sob pena de ferir os princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e ao princípio da Isonomia.

Fato é que foi aplicado o mesmo critério a todas as empresas que deixaram de informar a marca não havendo qualquer favorecimento a nenhuma empresa, dando o tratamento isonômico a todas.

Cabe ainda destacar que o momento adequado para questionar possíveis incorreções no Edital deve ser em fase anterior a sessão de licitação através do instituto da impugnação ao edital, instituto este que a representante não utilizou se submetendo as regras do Edital.



Dessa forma, não cabe nesse momento pleitear a desconsideração de regra estabelecida diante da inépcia da representante em seguir o Edital.


Os demais itens questionados são de competência da Secretaria requisitante que deve apresentar seus esclarecimentos.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração e por fim, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

**NATALÍ RITA Q. DE OLIVEIRA DOUGLASS**  
ASSESSORA JURÍDICA - MAT 106.050

De acordo,

  
**FLAVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS**  
PREGOEIRA - MAT. 109.282



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

MEMORANDO CGM N° 238/2021

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Pregão Presencial nº07/2021

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO. Contratação de Empresa para Locação de Máquinas, equipamentos e Utilitários para

Atender as Necessidade Operacionais.

Ref.: Processo TCE-RJ nº222.470-1/2021.

Ofício PRS/SSE/CGC 21224/2021.

Em resposta ao recurso impetrado pela empresa ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, participante julgada desclassificada no Pregão Presencial nº07/2021, com base no Art. 109, parágrafo 4º, da Lei nº8.666/93 e suas alterações, c/c Art. 4º da Lei nº10.520/2002, segue as devidas informações e pareceres desta Secretaria.

Maricá, 15 de julho de 2021.

Julyana Von Matter De Ávila  
Assessora Especial  
Matrícula: 106.276







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

EXMO SR DR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO: TCE-RJ nº 222.470-1/21

A SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DE MARICÁ, vem através deste acerca do recurso administrativo impetrado pela empresa ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, que teve sua proposta julgada desclassificada no Pregão nº 07/2021, pelos seguintes motivos: “desclassificação, sob argumento de que não houve a apresentação de marca para a prestação do serviço”.

Sobre o motivo da desclassificação da empresa recorrente é mister salientar que a proposta fora apresentada incompleta, sem citar qualquer marca dos itens cotados, mesmo estando explícito de forma clara no edital a exigência de tal requisito.

Enfatizamos que o edital regedor exige que as licitantes devem apresentar proposta de preços com indicação do item cotado, especificação de acordo com o edital, indicando-se MARCA DO PRODUTO OFERTADO.

Neste termos ressaltamos que são essenciais as exigências alhures para o certame e execução do contrato, mormente para explicitar-se que tipo de equipamentos e a qualidade dos itens ofertados, exigências essas claramente dispostas no edital, não se podendo então relevar por vários argumentos a seguir dispostos, e ainda consoante posicionamentos em casos semelhantes e análogos, descritos na doutrina e jurisprudência pátrias.

Confirmando esse entendimento, Marçal Justen Filho (comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 12ª ed., p. 550) aduz:

*“Inexistirá possibilidade de suprir defeitos imputáveis aos licitantes. O esclarecimento de dúvidas não significa eliminar a omissão dos licitantes. Se o licitante dispunha de determinado documento, mas esqueceu de apresentá-lo, arcará com as consequências de sua própria conduta. Se o licitante deixou de apresentar fotocópia autenticada, não é possível a Comissão abrir oportunidade para apresentação original – mesmo quando estiver de posse de licitante presente. (...) Por isso, as diligências da Comissão devem dirigir-se ao esclarecimento de dúvidas decorrentes do exame da documentação, formalmente perfeita”.*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**

Verifica-se que as omissões na proposta da empresa recorrente desatendem ao edital regedor, ou seja, fora descumprido requisito que deveria constar obrigatoriamente da proposta, pois não há como verificar a cotação correta dos valores da proposta, pois não se pode averiguar de forma coerente o valor proposto.

A Lei nº 10.520/2002 no Art. 4º, inciso VII, é enfática:

Art. 4º a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

VII – aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à **verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.**

No edital regedor do certame no Anexo I, B – PROPOSTA DETALHE, é enfático:

**“OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado.”**

Notemos que deve-se verificar se as propostas estão em conformidade com os requisitos do edital, como bem aponta Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO, pag. 474, senão vejamos:

**“ No exame de conformidade, a equipe de apoio deve verificar:**

- a) Se o objeto atende a descrição feita no edital;**
- b) O prazo de entrega dos produtos;**
- c) As condições de garantia;”**

O TCU entende conforme citamos:

Será desclassificada a proposta que não apresente os elementos mínimos necessários para a verificação do atendimento as especificações técnicas previstas em edital.

Acórdão 2241/2007 Plenário (Sumário)

O licitante que, por qualquer motivo, descumpra regra expressa fixada no edital do certame, fica sujeito as cominações nele previstas, inclusive a desclassificação, a serem aplicadas pela Administração, que também está estritamente vinculada aquele instrumento.

Acórdão 950/2007 Plenário (Sumário)

Em casos semelhantes vejamos o que entende o TCU – Tribunal de Contas da União, verbis:

Licitações de obras públicas: devem ser desclassificadas as propostas de licitantes que não contenham a composição de todos os custos unitários dos itens.

Levantamento de auditoria realizado pelo TCU na superintendência regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – (DNIT) nos Estados de Rondônia e Acre acerca das obras de manutenção de trechos





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**

rodoviários da BR-364/RO identificou, dentre outras potenciais irregularidades, suposto prejuízo derivado do excessivo rigor na desclassificação da proposta da empresa A.A.Construções Ltda., por ter apresentado, em duas licitações referentes a manutenção de trechos rodoviários da BR-364/RO, propostas sem as composições de preços unitários dos itens "aquisição de material betuminoso" e "transporte de material betuminoso", em desacordo com o preceituado no item 15.4, alínea "a", dos editais dos sobreditos certames licitatórios. Para a unidade instrutiva, a Comissão Permanente de Licitação – (CPL) do DNIT deveria ter diligenciado a empresa, com vistas a sanar as falhas formais da proposta, antes de sua desclassificação. Além disso, os membros da Comissão não teriam acolhido recurso interposto pela A.A Construções Ltda., por meio do qual a licitante teria apresentado todas as composições de custos unitários. Por isso, para a unidade técnica, os membros da CPL-DNIT deveriam ser responsabilizados solidariamente pelo débito, por meio de processo de tomada de contas especial – TCE, quantificado a partir do somatório das diferenças, a menor, dos valores ofertados pela A.A. Construções Ltda., nos referidos certames, em comparação com as propostas das demais licitantes vencedoras. No voto, o relator, ao apresentar sua discordância, argumentou que, "ainda que aparentemente mais vantajosa à Administração, a proposta que não guardar consonância com o edital deverá ser desclassificada em atenção ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, por meio de decisão motivada, registrada em ata". Ademais, ainda para o relator, "a inobservância a dispositivos do edital, incluindo-se a obrigatoriedade de apresentação da composição de todos os custos unitários, tem, por vezes, levado à imposição de penalidade aos membros da CPL e a gestores que não promovem a desclassificação das propostas desconformes com o instrumento convocatório, em desacordo com o art. 41 da Lei de Licitações". Assim, conforme o relator, teriam agido com razão os membros da CPL-DNIT, ao promover a desclassificação da A.A. Construções Ltda., razão pela qual propôs que não fosse feita a conversão do processo em TCE, o que foi acolhido pelo Plenário. Acórdão nº550/2011 – Plenário, TC-019.160/2008-4, rel. Min-Subst. André Luis Carvalho, 02.03.2011.

Logo, durante o exame das propostas, se a Administração entender necessário, poderá solicitar aos licitantes a apresentação de informações complementares, a exemplo do detalhamento de custos, marca dos materiais considerados na composição dos preços, amostra ou protótipo dos produtos cotados e percentual do BDI considerado na formação dos preços, 10. Saliente-se, no entanto, que o julgamento das propostas está estritamente vinculado a critérios e fatores estabelecidos no ato convocatório, devendo ser objetivo e realizado conforme as normas e princípios estabelecidos na Lei de Licitações, a fim de garantir transparência ao procedimento. 11. Desse modo, ainda que aparentemente mais vantajosa à Administração, a proposta que não guardar consonância com o edital deverá ser desclassificada em atenção ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei nº8666/93, por meio de decisão motivada, registrada em ata. (...) 13. Nessa Linha, a teor do disposto no art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, deve ser verificada a adequação dos propostas às exigências fixadas no instrumento convocatório, guardando-se observância ao princípio da vinculação ao edital, previsto nos arts. 3º e 41 da mencionada lei, "promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos do edital ou com os preços de mercado" (v. Acórdão 1.438/2004-2ª Câmara). (...) 16. Ressalto, por fim, que, em julgados desta Corte, a inobservância a dispositivos do edital, incluindo-se a obrigatoriedade de apresentação da composição de todos os custos unitários, tem por vezes, levado à imposição de penalidade aos membros da CPL e a GESTORES que não promovem a desclassificação das propostas desconformes com o instrumento convocatório, em desacordo com o art. 41 da Lei de Licitações (v.g. Acórdãos 1.291/2007-Plenário e 1.060/2009-Plenário)." [voto do Acórdão 550/2011 – TCU – Plenário]

As falhas contidas na proposta da empresa recorrente podem acarretar consequências as mais variadas na própria proposta de preços, posto que não se conhecerá a qualidade dos equipamentos ofertados, se atendem ao edital, pois não obstante a proposta ter listado o objeto conforme edital, não há como averiguar o real atendimento pois não se sabe qual marca será entregue, ficando a critério do licitante apresentar qualquer marca. *fl*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Novamente nos socorre o TCU – Tribunal de Contas da União.

Com efeito, ao admitir uma proposta com tais imperfeições, a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual de parte da empresa. Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade do equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65 da Lei nº8.666/93:[...]. Chancelar uma promessa como se fosse uma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosa para os cofres públicos. Além disso, transgredir o princípio da legalidade desprezando, no caso, a realidade tributária. (Acórdão nº395/2005, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar).

Isto posto, restam comprovadas a regularidade das exigências editalícias supramencionadas, de maneira que não se pode interpretar o edital de forma diversa ao sentido das normas nele contido, mormente quando não se está mais em fase legal para tanto.

É claro e inequívoco o que se prega aqui, a lei não comporta palavras inúteis (sendo o edital a lei interna da licitação), porém não é mister que se interprete a legislação (edital) da forma que dela se quer tirar proveito, há que se coadunar com a realidade e a lógica de sentido que está implícita nesta.

Isto posto, não há que se falar em entendimento diverso, é a máxima: **“Não é dado ao intérprete alargar o espectro do texto legal, sob pena de criar hipótese não prevista”** (Ivan Rigolin).

O professor Toshio Mukai, pontua **“Onde a lei não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo”**.

Observemos que os itens exigidos e descumpridos, como não poderia deixar de ser, estão todos previstos no edital de regência, bem como, estão em conformidade com a legislação licitacional, Lei nº8.666/93 e suas alterações, premente sua legalidade.

O descumprimento supra nada mais poderia ensejar que a desclassificação da proposta da licitante, como ocorreu, não pode a bem de qualquer aspecto, a não ser o edital, a Comissão de Licitação julgar o procedimento licitatório, uma vez esse exigindo, é forçoso quando há descumprimento imputar-se ao infringidor das normas editalícias o ônus da desclassificação, essa é a *ratio legis*

A administração no zelo pela coisa pública e em prol do interesse público deverá sempre que a licitação ensejar o dispêndio de vultuosas quantias, exigir e certificar-se que o futuro contratado possui condições de tocar o pretenso contrato.

A nosso ver, poderia até ser considerada desídia dessa Administração deixar de exigir tais requisitos da empresa, face a complexidade do objeto envolvido, sob pena de, não raro, restar prejudicada a execução do objeto a contento, em prejuízo ao interesse público, do qual não se pode descurar.

É imperiosa a desclassificação da proposta da impetrante, como fora decretada pela pregoeira, e conforme apontado, não pode prosseguir no certame empresa que descumpra o edital regedor, e por consequência a legislação, sob pena de restarem prejudicados os licitantes que se ativerem ao edital para formularem suas propostas e juntar sua documentação.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**

É mister salientar que a Lei nº8.666/93, em seu art.3º, caput, tratou de conceituar licitação, em conformidade com os conceitos doutrinários estabelecendo os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e igualdade como estritamente relevantes no julgamento das propostas e da habilitação:

**“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.**

Assim, a luz dos enunciados alhures, não poderá o pregoeiro considerar classificada a proposta da empresa impetrante, pelas razões já apontadas nesta peça, mormente em vista do descumprimento aos itens do edital regedor, posto que, se assim proceder, descumprirá o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado nas recomendações do Art.41, caput, da Lei de Licitações Vigente, *ipsis verbis*:

**“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”**

Ao comentar o art. 41 acima transcrito, o Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra “comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, ensina:

**“O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública”. (pag.382).**

No dizer do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Licitação e Contrato Administrativo”,

**“Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços” (pág 88).**

Na percepção de Diógenes Gasparini, **“submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital”.**

Nesta seara vejamos entendimento do STJ:

O STJ entendeu: “O princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra de que o edital faz a lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que se vinculam as partes.” Fonte: STJ. 1ª turma, RESP nº354977/SC. Registro nº200101284066. DJ 09 dez. 2003. P. 00213

Descumprindo estaria no caso o não menos considerável princípio da igualdade entre os licitantes, quando se uns apresentarem proposta segundo o determinado no edital, outros não poderiam descumprir, ainda quando atrelados a este princípio, segundo classificação dada por Carvalho Filho, estão os princípios correlatos, respectivamente, da competitividade e da indistinação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**

Princípio de extrema importância para a lisura da licitação pública, significa, segundo José dos Santos Carvalho Filho, *"que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro"*.

Não é por outro motivo que Celso Antonio Bandeira de Mello dá ênfase ao descumprimento desses princípios, assinalando que:

*"Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque, com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se toda a estrutura nelas esforçada."*

No que pertine as observações feitas pela recorrente acerca da apresentação da marca da carroceria basculante, entendemos que o objeto principal em questão é o caminhão, o contrário seria se exigissemos também a marca dos pneus do caminhão, por exemplo, sendo que este não é o objeto em questão.

Desta forma, entendemos pela permanência da desclassificação da proposta da empresa recorrente pelas razões acima expostas, mantendo-se o julgamento dantes proferido como forma de preservar-se a legislação competente, mormente os princípios norteadores da atividade administrativa, tais quais o da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Maricá, 15 de julho de 2021.

**Julyana Von Matter De Ávila**  
Assessora Especial  
Matrícula: 106.276





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE MARICÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.

Portaria nº 01 de 28 de junho de 2021

**DESIGNA SERVIDOR PARA ASSINAR DOCUMENTO NO  
CASO DA AUSENCIA DO SECRETÁRIO.**

**O SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Julyana Von Matter de Ávila, matrícula 106.276, para assinar documentos, nos casos de ausência do Secretario de Agricultura, Pecuária e Pesca, bem como realizar todos os demais atos de sua competência em suas faltas e impedimentos.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, gerando seus efeitos a partir de 30/06/2021

Publique-se !

Prefeitura de marica, em 28 de junho de 2021.

Atenciosamente,

**Julio Cesar Silva Santos (Julio Carolino)**  
Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca.  
Matrícula: 110.938

Julio Cesar Silva Santos  
Secretario - SECAPP  
Mat.: 110938

CONFERE COM ORIGINAL  
**Carlos Poli**  
Mat.: 110185



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE MARICÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.

Maricá, 28 de junho de 2021

Memorando nº147

AO JOM - JORNAL DO MUNICIPIO DE MARICA

Assunto: PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DA SECRETARIA DE  
AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.

Estamos comunicando a V.Exa. a necessidade de publicação para que a servidora mencionada na portaria possa assinar documento no caso de ausência do secretário de Agricultura, Pecuária e pesca, bem como realizar todos e demais atos de sua competência em suas faltas e impedimento, razão pela qual necessitamos a publicação da portaria em anexo, com a máxima urgência.

Diante do exposto, requeremos a publicação da portaria que segue em anexo, para as devidas providencias e requisitos legais.

Sendo essas informações que nos cabiam, protestando desde já por estima e consideração.

Atenciosamente,

**Julio Cesar Silva Santos (Julio Carolino)**  
Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca.  
Matrícula: 110.938

Julio Cesar Silva Santos  
Secretário - SECAPE  
Mat.: 110938

28.06.2021  
Robson PAB  
D.

CONFERE COM ORIGINAL  
Carlos Poli  
Mat.: 110185



PORTARIA Nº 1476/2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, IX, da Lei Orgânica do Município de Maricá e, CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 12, de 05.03.2021.

RESOLVE

Art. 1º Nomear TALE PASSOS BARRETO, matrícula nº 3000448, com validade a partir de 18.05.2021, para exercer o cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, no Quadro de Funcionários Estatutários, vinculado a Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa a 18.05.2021, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,  
Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 28 de junho de 2021

FABIANO TAQUES HORTA  
PREFEITO

## SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Portaria nº 01 de 28 de junho de 2021

DESIGNA SERVIDOR PARA ASSINAR DOCUMENTO NO CASO DA AUSÊNCIA DO SECRETÁRIO O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a servidora Juliana Von Matter de Ávila, matrícula 106.276, para assinar documentos, nos casos de ausência do Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca, bem como realizar todos os demais atos de sua competência em suas faltas e impedimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 30/06/2021

Publique-se!  
Prefeitura de Maricá, em 28 de junho de 2021.

Atenciosamente,

Julio Cesar Silva Santos (Julio Carolina)

Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca.

Matrícula: 110.336

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2021, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5402/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E COMERCIAL GULLES COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EIRELI  
OBJETO: O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARICÁ E EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5402/2021, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12739/2020, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2020), OBSERVANDO O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE FLS. 61

VALOR: R\$ 675.480,97 (SEISCENTOS E SETENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8666/93; DECRETO MUNICIPAL Nº 158/2018; SUAS ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÃO CORRELATA

PRazo: 31/12/2021  
PROGRAMA DE TRABALHO: 17/01/2021 12:36:00 008.2126;  
11/12/2021 00:00 2126

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 100

NOTA DE EMPENHO: 1811/2021; 1812/2021; 1813/2021; 1814/2021

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

MARICÁ, 08 DE JUNHO DE 2021

ADRIANA LUIZA DA COSTA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA COO Nº 94 DE 08 DE JUNHO DE 2021

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 94/2021 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5402/2021

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 94/2021

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do contrato nº 94/2021 cujo objeto é o FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARICÁ E EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME PROCESSO

ADMINISTRATIVO Nº 5402/2021, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12739/2020, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2020), OBSERVANDO O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE FLS. 61

1- JULIANA COSTA PEÇANHA DE CARVALHO - MAT 8151

2- ALINE SOARES DE SOUZA - MAT 8258

3- MARCEL OLIVEIRA IORIO GUERRA - MAT 7463

SUPLENTE: ANGELA ALVES DE MOURA SILVA - MAT 6715

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 08/06/2021

Publique-se.

Maricá, em 08 de junho de 2021.

ADRIANA LUIZA DA COSTA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## SECRETARIA DE URBANISMO

Notificação

Nome do Proprietário: SR. CONTRIBUINTE

Nº Processo: 6574/2021

Endereço: RUA TRINTA, QD 29, LT 1069, MANU MANUELA

Motivo: APRESENTAR PROJETO APROVADO ALVARÁ DE OBRAS E COLOCAR PLACA DE OBRA

Nº do Auto: 9883

Data da Lavratura: 18 DE JUNHO DE 2021

Prazo para recurso: 14 DIAS

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Notificação

Nome do Proprietário: FRANCISCO CARLOS BASTOS COSTA

Nº Processo: 5874/2021

Endereço: RUA RAUL ALFREDO DE ANDRADE, QD R LT 12, CS 02

Motivo: OBRA SEM LICENÇA

Nº do Auto: 11579

Data da Lavratura: 21 DE JUNHO DE 2020

PRazo PARA RECURSO: 09 DIAS

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Notificação

Nome do Proprietário: SR. CONTRIBUINTE

Nº Processo: 17059/2020

Endereço: RUA 22, LT 01, QD 11, ARAÇATIBA

Motivo: APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL, PROJETO APROVADO DA LAGE AO FUNDO DO TERRENO.

Nº do Auto: 10417

Data da Lavratura: 01 DE FEVEREIRO DE 2020

PRazo PARA RECURSO: 14 DIAS

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Notificação

Nome do Proprietário: SR. CONTRIBUINTE

Nº Processo: 6428/2021

Endereço: RUA BELLA FLOR, QD 2, LT 12, PARQUE NANCEI

Motivo: OBRA SEM LICENÇA P/ CONSTRUÇÃO NO LOCAL

Nº do Auto: 12205

Data da Lavratura: 28 DE MAIO DE 2020

PRazo PARA RECURSO: 19 DIAS

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Notificação

Nome do Proprietário: SR. RESPONSÁVEL

Nº Processo: 6648/2021

Endereço: RUA 33, QD 56, LT 08, ARAÇATIBA

Motivo: OBRA SEM PLACA E DOCUMENTAÇÃO NO LOCAL

Nº do Auto: 12607

Data da Lavratura: 17 DE JUNHO DE 2021

PRazo PARA RECURSO: 30 DIAS

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Auto de Embargo

Nome do Proprietário: CARLOS ALBERTO PEDROSA VASSALO

Nº Processo: 12796/2016

Endereço: RUA 152, QD 218, LT 12, LT PRAIA DAS LAGOAS, PONTA NEGRA

Motivo: CONSTRUIR SEM A DEVIDA LICENÇA

Nº do Auto: 9745

Data da Lavratura: 14 DE JUNHO DE 2021

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Auto de infração

Nome do Proprietário: CARLOS ALBERTO PEDROSA VASSALO

Nº Processo: 12796/2016

Endereço: RUA 152, QD 218, LT 12, LT PRAIA DAS LAGOAS, PONTA NEGRA

Motivo: CONSTRUIR SEM A DEVIDA LICENÇA

Nº do Auto: 9746

Data da Lavratura: 14 DE JUNHO DE 2021

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Intimação

Nome do Proprietário: SR. RESPONSÁVEL (EDUARDO BORGES)

Nº Processo: 182.421

Endereço: RUA FRANCISCO SABINO DA COSTA, QD B, LT 4 A

PARQUE MUMBUCÁ

Motivo: PROJETO APROVADO E ALVARÁ DE OBRAS

Nº do Auto: 11895

Data da Lavratura: 22 DE JUNHO DE 2021

Prazo para Recurso: 1 DIA

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Intimação

Nome do Proprietário: SR. RESPONSÁVEL

Nº Processo: 182.421

Endereço: RUA ABREU SODRÉ, ESQUINA COM RUA COSTA

TIMBAU, LT 06, PARQ. MUMBUCÁ, QD B

Motivo: RESSALTA DE QUE A ÁREA EM QUESTÃO É DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE PARA ALARGAMENTO DA VIA E MELHORIA DO FLUXO

Nº do Auto: 11893

Data da Lavratura: 22 DE JUNHO DE 2021

Prazo para Recurso: 02 DIAS

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Auto de Embargo

Nome do Proprietário: SR. RESPONSÁVEL

Nº Processo: 182.421

Endereço: RUA ABREU SODRÉ, ESQUINA COM RUA COSTA

TIMBAU, QD B LT 06

Motivo: OBRA SEM PROJETO APROVADO EM ÁREA DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

Nº do Auto: 11894

Data da Lavratura: 22 DE JUNHO DE 2021

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Intimação

Nome do Proprietário: SR. RESPONSÁVEL

Nº Processo: 182.421

Endereço: AV. FRANCISCO SABINO DA COSTA, QD B, LT 4 A, PARQUE MUMBUCÁ

Motivo: RESSALTA DE QUE A ÁREA EM QUESTÃO É DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE PARA ALARGAMENTO DA VIA E MELHORIA DO FLUXO

Nº do Auto: 11297

Data da Lavratura: 01 DE JUNHO DE 2021

Prazo para Recurso: 07 DIAS

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

Auto de Embargo

Nome do Proprietário: AURENIO BRITO DE AZEVEDO EMP.

Nº Processo: 6839/2021

Endereço: RUA ABREU SODRÉ, 430 CENTRO, QD B, LT 04, PARQUE MUMBUCÁ

Motivo: EXECUÇÃO DE OBRA SEM PROJETO APROVADO E ALVARÁ DE OBRAS. A ÁREA EM QUESTÃO É DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE PARA ALARGAMENTO DA VIA E MELHORIA DO FLUXO

Nº do Auto: 9889

Data da Lavratura: 23 DE JUNHO DE 2021

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

CONFIRMADO AUTENTICIDADE  
VIA INTERNET  
CONFIRMAÇÃO OFICIAL  
Celso Cabral Nunes  
Matr.: 110185



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**1ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2022 PMM**

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 10h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá, reuniu-se sob a coordenação da Pregoeira **FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS**, presencialmente e remotamente os membros: Luciana dos Santos Silva Duarte, Thatia Corrêa Schmildt, Victor Andrade da Silveira, Vinicius Moro da Mata, Nilsergio de Brito Marins, Luiz Eduardo Jacques Francisco, Luiz Fernando da Costa Azevedo, Marcos Assumpção Andrade, Marília Nogueira Gil Santana, Fatima Maria Cordeiro de Souza, Glauco da Silva Bezerra, Miriam Abrantes Salti de Carvalho, Rodrigo Otávio Ismério Ramos, Juliana Lopes da Silva Carvalho,; Juan Maranhão da Silva, Maria Lúcia Cardoso Travassos, Cristiane Garcia do Nascimento e Barbara Costa Oliveira, para proceder à realização do Pregão Presencial n.º 42/2022 - PMM, autorizado no presente processo, pela lavra do Ordenador de Despesa. Os links da sessão são os que seguem:

<https://us05web.zoom.us/j/84659632715?pwd=VjAvSTBJUHE0dDZBT0h2TXZHaTZOdz09>,

<https://us05web.zoom.us/j/83850139292?pwd=c216TkFFU0dUV3A1WGGQ2cFJuWlF3Zz09>,

<https://us05web.zoom.us/j/88067255184?pwd=bE5zdGY1YkNwVmdpY0Z0alFFdFVQdz09>

<https://us05web.zoom.us/j/86126902047?pwd=ZGtDTnpHQ0YzWU5lWWJwd1pPU3JHZz09>

Compareceram ao certame as empresas **SUPER LAGOS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA** representada pelo Sr.º Renan Sampaio de Souza, **ARES EMPREENDEIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA** representada pelo Sr.º Lincoln Kaye Gomes Filho, **GEO AMBIENTAL EMPREENDEIMENTOS LTDA** representada pelo Sr.º João Victor Pereira de Faria, **SILGUI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** representada pela Sr.ª Thayla Freitas Pinheiro Guimarães, **LUGOM SOLUÇÕES LTDA** representada pelo Sr.º Lucas Gomes Zeca, **AVANTE SOLUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA** representada pela Sr.ª Marcela de Melo Santos, **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA** representada pela Sr.ª Keila Marcia Ferreira de Souza e **TRM SOLUÇÕES EIRELI** representada pelo Sr.º Matheus Oliveira Bastos. Registra-se que a representante DA EMPRESA **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL** chegou à sessão às 10h11min; já tendo sido declarada a abertura da sessão com tempo de tolerância concedido, assim como já havia sido entregue todos os envelopes pelas empresas participantes e iniciado o credenciamento. As 10h15min a representante entregou os envelopes, sendo informada que a sessão já havia se iniciado e que não seria possível o aceite dos envelopes conforme item 09.3 do edital – que informa a seguinte regra: *“Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro e recebidos os envelopes, não mais serão admitidos novos licitantes.”* Em ato contínuo iniciou-se a abertura dos envelopes contendo as propostas de preço. Os valores ofertados são os que seguem:



empresa	SILGUI	SUPER LAGOS	ARES	LUGOM	GEO	AVANTE	DESTAQUE	TRM
1	R\$ 171,68	R\$ 119,03	R\$ 199,14	R\$ 127,50	R\$ 242,22	R\$ 130,01	R\$ 206,01	R\$ 216,71
2	R\$ 113,31	R\$ 89,27	R\$ 151,07	R\$ 94,72	R\$ 179,96	R\$ 96,59	R\$ 171,67	R\$ 161,01
3	R\$ 120,17	R\$ 68,67		R\$ 72,50	R\$ 137,74	R\$ 73,93	R\$ 125,89	R\$ 123,21

Cabe ressaltar que foi solicitado à representante da empresa **SILGUI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** que incluísse a informação da validade da proposta e que o representante da empresa **GEO AMBIENTAL EMPREENDIMENTOS LTDA** retificasse a validade informada de 60 dias para 120 dias. O representante da empresa **ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA** solicitou que constasse em ata que as propostas das empresas **SUPER LAGOS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, **LUGOM SOLUÇÕES LTDA**, **AVANTE SOLUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA** e **SILGUI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** não apresentaram a planilha de detalhamento de custos; sendo esclarecido pela pregoeira que a referida planilha será solicitada apenas da empresa vencedora em sua proposta final, conforme “OBS” no modelo de proposta detalhe fornecida para elaboração da mesma, que informa: *A licitante vencedora deverá apresentar a proposta final observando os itens 11.16, 11.16.1 e 11.16.2.* Tendo o representante informado que na descrição da “Observação” não consta o item 11.16.3. Após verificação, realmente foi confirmado que não constava o item, entretanto, não houve desclassificação das propostas devido tratar-se de erro material, uma vez que não faz sentido não solicitar neste primeiro momento a planilha de detalhamento e solicitar a decomposição, uma vez que a segunda é a complementação da primeira. E, ainda, observou que a proposta da empresa **SILGUI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** não possuía marca do veículo. Após análise da secretaria requisitante, o servidor Carlos Alfredo Poli, matrícula 110185, informou que a marca se faz necessária para atendimento do serviço requerido. Considerando os princípios da razoabilidade, interesse público, na quantidade de empresas participantes, que trará competitividade ao certame, assim como na busca pela melhor proposta, no sentido de prestação do serviço adequado, a proposta da empresa **SILGUI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** foi desclassificada. Em continuidade, elaborou-se o ranking considerando o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas anteriormente, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais. Após fase de lances, o resultado é o que segue:

ITEM 1	Empresa	V.Proposto	1ª Rodada	2ª Rodada	3ª Rodada	Até 10%
3º colocado	AVANTE	R\$ 130,01	SL			
2º colocado	LUGOM	R\$ 127,50	119,00	SL		
1º colocado	SUPER LAGOS	R\$ 119,03	118,95			R\$ 130,93
ITEM 2	Empresa	V.Proposto	1ª Rodada	2ª Rodada	3ª Rodada	Até 10%
3º colocado	AVANTE	R\$ 96,59	SL			
2º colocado	LUGOM	R\$ 94,72	89,25	89,18	89,10	
1º colocado	SUPER LAGOS	R\$ 89,27	89,20	89,15	SL	R\$ 98,20

ITEM 3	Empresa	V.Proposto	1ª Rodada	2ª Rodada	3ª Rodada	Até 10%
3º colocado	AVANTE	R\$ 73,93	SL			
2º colocado	LUGOM	R\$ 72,50	68,65	68,58	68,53	
1º colocado	SUPER LAGOS	R\$ 68,67	68,60	68,55	68,50	R\$ 75,54

ITEM 3	Empresa	4ª Rodada	5ª Rodada	6ª Rodada	7ª Rodada	8ª Rodada
3º colocado	AVANTE	SL				
2º colocado	LUGOM	R\$ 68,47				
1º colocado	SUPER LAGOS	SL				

Em ato contínuo, foram abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação das empresas provisoriamente vencedoras. As documentações contam com o seguinte número de folhas: **SUPER LAGOS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA 45 fls. e LUGOM SOLUÇÕES LTDA 50 fls.** Considerando o avançar do horário, a sessão foi suspensa, com retorno na apresente data às 14h30min. Registre-se que foi solicitado que os representantes rubricassem toda a documentação apresentada de modo que esta Comissão não se responsabiliza por possíveis abstenções não informadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio e Licitantes presentes.

**FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS**  
Pregoeira

Maricá, 26 de dezembro de 2022.

Membros Da Equipe De Apoio	
Alessandra da Silva Vargas	Miriam Abrantes Salti de Carvalho
Barbara Costa Oliveira	Maria Lúcia Cardoso Travassos
Luciana dos Santos Silva Duarte	Juan Maranhão da Silva
Thatia Corrêa Schmildt	Juliana Lopes da Silva Carvalho
Glauco da Silva Bezerra	Rodrigo Otávio Ismério Ramos
Nilsergio de Brito Marins	Marcos Assumpção Andrade
Vinicius Moro da Mata	Luiz Fernando da Costa Azevedo



Pátima Maria Cordeiro de Souza	Luiz Eduardo Jacques Francisco
Marília Nogueira Gil Santana	Victor Andrade da Silveira
Servidor indicado pela secretaria requisitante	
Carlos Alfredo Poli matrícula 110185	
EMPRESAS PARTICIPANTES PRESENTES	
<b>SUPER LAGOS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA</b> representada pelo Sr.º Renan Sampaio de Souza	
<b>ARES EMPREEENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA</b> representada pelo Sr.º Lincoln Kaye Gomes Filho	
<b>LUGOM SOLUÇÕES LTDA</b> representada pelo Sr.º Lucas Gomes Zeca	
<b>AVANTE SOLUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA</b> representada pela Sr.ª Marcela de Melo Santos	
<b>DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA</b> representada pela Sr.ª Keila Marcia Ferreira de Souza	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**3ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2022 PMM**

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 14h30min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá, reuniu-se sob a coordenação da Pregoeira **FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS**, presencialmente e remotamente os membros: Luciana dos Santos Silva Duarte, Thatia Corrêa Schimdt, Victor Andrade da Silveira, Vinicius Moro da Mata, Nilsergio de Brito Marins, Luiz Eduardo Jacques Francisco, Luiz Fernando da Costa Azevedo, Marcos Assumpção Andrade, Marília Nogueira Gil Santana, Fatima Maria Cordeiro de Souza, Glauco da Silva Bezerra, Miriam Abrantes Salti de Carvalho, Rodrigo Otávio Ismério Ramos, Juliana Lopes da Silva Carvalho, Juan Maranhão da Silva, Maria Lúcia Cardoso Travassos, Cristiane Garcia do Nascimento e Barbara Costa Oliveira, para proceder a continuação do Pregão Presencial n.º 42/202 - PMM, autorizado no presente processo, pela lavra do Ordenador de Despesa. O link da sessão é o que segue: <https://us05web.zoom.us/j/82419982862?pwd=aUZkYkI6VWNoSVl3YlZnbnBEY1BEZz09>

Retornaram ao certame as empresas **SUPER LAGOS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA** representada pelo Sr.º Renan Sampaio de Souza, **ARES EMPREEENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA** representada pelo Sr.º Lincoln Kaye Gomes Filho e **LUGOM SOLUÇÕES LTDA** representada pelo Sr.º Lucas Gomes Zeca. Em prosseguimento, foi informado o resultado da análise da documentação de habilitação, no qual a empresa **SUPER LAGOS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA** foi considerada habilitada e vencedora do item 1 e a empresa **LUGOM SOLUÇÕES LTDA**, habilitada e vencedora dos itens 2 e 3. Após, foi perguntado aos representantes se haveria intenção de interpor recurso. Tendo o representante da empresa **ARES EMPREEENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA** se manifestado positivamente devido ao aceite das propostas apresentadas sem a planilha de decomposição de custos. Sendo assim, o mesmo deverá obrigatoriamente apresentá-lo por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, na forma da Lei do Pregão, podendo também ser entregue pelo e-mail [maricacpl@gmail.com](mailto:maricacpl@gmail.com). Interposto o recurso os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de até 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio e Licitantes presentes.

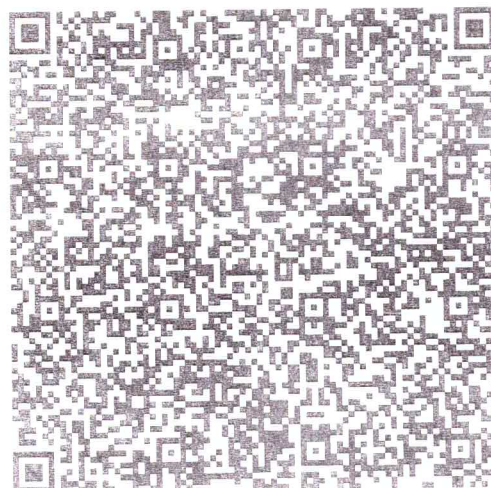
**FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS**  
Pregoeira

Maricá, 26 de dezembro de 2022.

Membros Da Equipe De Apoio



Marília Nogueira Gil Santana	Miriam Abrantes Salti de Carvalho
Barbara Costa Oliveira	Maria Lúcia Cardoso Travassos
Luciana dos Santos Silva Duarte	Juan Maranhão da Silva
Thatia Corrêa Schmildt	Juliana Lopes da Silva Carvalho
Glauco da Silva Bezerra	Rodrigo Otávio Ismério Ramos
Nilsergio de Brito Marins	Marcos Assumpção Andrade
Vinicius Moro da Mata	Luiz Fernando da Costa Azevedo
Fátima Maria Cordeiro de Souza	Luiz Eduardo Jacques Francisco
Cristiane Garcia do Nascimento	Victor Andrade da Silveira
Servidor indicado pela secretaria requisitante	
Carlos Alfredo Poli matrícula 110185	
<b>EMPRESAS PARTICIPANTES PRESENTES</b>	
<b>SUPER LAGOS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA</b> representada pelo Sr.º Renan Sampaio de Souza	
<b>ARES EMPREEENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA</b> representada pelo Sr.º Lincoln Kaye Gomes Filho	
<b>LUGOM SOLUÇÕES LTDA</b> representada pelo Sr.º Lucas Gomes Zeca	

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

I<BRA075256258<040<<<<<<<<<<  
9809309M2406259BRA<<<<<<<<<<4  
LINCOLN<<KAYE<GOMES<FILHO<<<<<

[illegible]

I<BRA075256258<040<<<<<<<<<<  
9809309M2406259BRA<<<<<<<<<<4  
LINCOLN<<KAYE<GOMES<FILHO<<<<<









**ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
LTDA**

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

CNPJ 30.837.779/0001-65

**WILTON ROCHA DIAS**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Beira Rio, Casa 01, Centro, Rio Bonito, RJ CEP 28.800-000, portador da Carteira de Identidade nº 04585878118 expedida pelo DETRAN/RJ em 01.07.2019, inscrito no CPF sob nº 107.848.397-35, nascido em 04.12.1982, filho de Milton dos Santos Dias e Silvia Regina Rocha;

**MAICON ROCHA DIAS**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Beira Rio, Casa 01, Centro, Rio Bonito, RJ CEP 28.800-000, portador da Carteira Nacional de Habilitação número 02727399709, expedida pelo DETRAN/RJ em 08.10.1984, inscrita no CPF sob nº 104.821.827-92, nascida em 08.10.1984, filho de Milton dos Santos Dias e Silvia Regina Rocha;

Únicos sócios da empresa **Ares Empreendimentos, Serviços e Locação de Equipamentos Ltda**, com sede na Rua Carlota Ferreira Crespo Barreto, nº 100 - Jacuba - Rio Bonito - RJ CEP: 28.800-000, registrada na JUCERJA sob o NIRE 332.1057083-8 e inscrita no CNPJ sob o nº 30.837.779/0001-65.

**LINCOLN KAYE GOMES FILHO**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Prefeito Inácio Vieira de Moraes, Nº 39 - Casa - Centro, Rio Bonito, RJ CEP 28.800-000, portador da CNH nº 28017122-4 expedida pelo DETRAN-RJ, filho de Abrahão Lincoln Capistrano e Vanessa Oliveira Rosa Gomes, nascido em 30.09.1998, inscrito no CPF sob o nº 172.221.477-56;

**RESOLVEM**, de comum acordo, proceder à **TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL** da empresa para cessão de cotas com entrada de sócio, na administração e no uso do nome empresarial e consolidação do contrato social original mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O sócio **WILTON ROCHA DIAS**, retira-se da sociedade cede e transfere, mediante o valor de R\$ 1,00 (um real) por cotas a totalidade de suas cotas do capital social, cotas estas representadas por 138.000 (cento e trinta e oito mil) cotas, cotas do sócio retirante, no valor total de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), que são vendidas bem como todos os direitos e obrigações a elas inerentes, da seguinte forma: **LINCOLN KAYE GOMES FILHO**, já qualificado, 138.000 (cento e trinta e oito mil) cotas, num total de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

Parágrafo Único: O sócio **WILTON ROCHA DIAS** recebe do cessionário o valor correspondente às cotas cedidas, em moeda legal e corrente do país e dando, por este ato, plena, rasa, geral e irrevogável quitação para não mais reclamar a qualquer época ou tempo, por si, seus herdeiros ou sucessores.

Página 1 de 7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

NIRE: 332.1057083-8 Protocolo: 00-2022/182817-6 Data do protocolo: 21/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/02/2022 SOB O NÚMERO 00004778753 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8155DC4962C4437B30301FCF2FC712E302098FA37C9B1BB02C81E3D321060C75

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 03/10

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Em decorrência da cessão efetuada, fica assim distribuído entre os sócios, o capital da sociedade no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) dividido em 230.000 (duzentas e trinta mil) cotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada cota, totalmente subscrito e integralizado, em moeda legal corrente do país:

SÓCIO	QUOTAS	% Capital	Valor R\$
LINCOLN KAYE GOMES FILHO	138.000	60%	138.000,00
MAICON ROCHA DIAS	92.000	40%	92.000,00
TOTAL	230.000	100,00	230.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A administração da sociedade será exercida, única e exclusivamente, pelo sócio **LINCOLN KAYE GOMES FILHO**, que assinará pela sociedade, mas somente em negócios de exclusivo interesse social, sendo-lhes vedado, todavia, a assinatura em papéis alheios ao giro das atividades sociais, tais como, avais, fianças, endossos ou documentos de mero favor, isentando-se a sociedade de quaisquer ônus que possam advir pelo uso inadequado e proibitório aqui pactuado.

**CLÁUSULA QUARTA** – Os sócios, tendo em vista todas as deliberações tomadas neste ato, resolvem consolidar o Contrato Social da empresa, que passa a vigor, a partir desta data, com a seguinte redação:

**LINCOLN KAYE GOMES FILHO**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Prefeito Inácio Vieira de Moraes, Nº 39 – Casa - Centro, Rio Bonito, RJ CEP 28.800-000, portador da CNH nº 28017122-4 expedida pelo DETRAN-RJ, filho de Abrahão Lincoln Capistrano e Vanessa Oliveira Rosa Gomes, nascido em 30.09.1998, inscrito no CPF sob o nº 172.221.477-56;

**MAICON ROCHA DIAS**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliada na Rua Beira Rio, Casa 01, Centro, Rio Bonito, RJ CEP 28.800-000, portador da Carteira Nacional de Habilitação número 02727399709, expedida pelo DETRAN/RJ em 08.10.1984, inscrita no CPF sob nº 104.821.827-92, nascida em 08.10.1984, filho de Milton dos Santos Dias e Sílvia Regina Rocha;

**TÊM**, justos e contratados entre si, a constituição de uma sociedade Empresária LTDA que se regerá de acordo com a lei nº 10.406/2002 e particularmente pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DURAÇÃO**

A empresa será por tempo indeterminado e iniciando suas atividades na data do seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE E FORO**

A sociedade terá sua sede e foro na com sede na **Rua Carlota Ferreira Crespo Barreto, nº 100 - Jacuba – Rio Bonito – RJ CEP: 28.800-000**, podendo, entretanto, abrir filiais em qualquer parte do território nacional.





### CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade será conhecida pelo nome empresarial **Ares Empreendimentos, Serviços e Locação de Equipamentos Ltda.**

### CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO SOCIAL

O objeto da sociedade será o de:

1. Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
2. Atividades de vigilância e segurança privada
3. Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
4. Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
5. Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
6. Serviços de borracharia para veículos automotores
7. Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
8. Confecção, sob medida, de roupas profissionais
9. Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
10. Impressão de material para outros usos
11. Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
12. Aluguel de material médico
13. Imunização e controle de pragas urbanas
14. Instalação de painéis publicitários
15. Produção e promoção de eventos
16. Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
17. Produção musical
18. Impressão de jornais
19. Reprodução de som em qualquer suporte
20. Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
21. Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
22. Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
23. Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
24. Serviços de pintura de edifícios em geral
25. Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
26. Padaria e confeitaria com predominância de revenda
27. Comércio varejista de laticínios e frios
28. Comércio varejista de bebidas
29. Comércio varejista hortifrutigranjeiros
30. Comércio varejista carnes – açougues
31. Comércio varejista de ferragens e ferramentas
32. Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
33. Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
34. Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
35. Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e domésticos não especificados anteriormente
36. Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificados anteriormente
37. Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicleta e motonetas
38. Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios, minimercados, mercearias e armazéns
39. Comércio varejista especializados de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

Página 3 de 7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

NIRE: 332.1057083-K Protocolo: 00-2022/182817-6 Data do protocolo: 21/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/02/2022 SOB O NÚMERO 00004778753 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8155DC4962C4437B30301FCF2FC712E302098FA37C981BB02C81E3D321060C75

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 05/10

40. Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material
41. Comercio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e domestico
42. Comercio atacadista de equipamentos de informática
43. Comercio atacadista de produtos alimentícios em geral
44. Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e domestico
45. Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários
46. Serviços de capotaria
47. Serviços de engenharia
48. Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
49. Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transportes e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
50. Transporte escolar
51. Transportes rodoviários coletivos de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
52. Transportes rodoviários coletivos de passageiros, sob regime de fretamento municipal
53. Transportes rodoviários de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual, e internacional
54. Transportes rodoviários de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal
55. Instalação de portas, janelas, tetos divisórias e armários embutidos de qualquer material
56. Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
57. Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
58. Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
59. Outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas não especificadas anteriormente (serviços de sinalização visual, confecção de placas, banners, adesivos, faixas e congêneres)
60. Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
61. Serviços combinados de escritórios e apoio administrativos
62. Comercio varejista de artigos de papelaria
63. Obras de urbanização ruas, praças e calçadas
64. Reforma, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes
65. Comercio varejista de mercadoria em geral, com predominância de produtos alimentícios supermercado
66. Comercio atacadista de mercadoria em geral, com predominância de insumos agropecuários
67. Comercio varejista de materiais de construção em geral
68. Comercio varejista de material elétrico
69. Comercio atacadista de artigos de escritórios e de papelaria
70. Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
71. Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos
72. Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
73. Comercio varejista de artigos de armarinho
74. Confecção de peças de vestuário, exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medida
75. Comercio varejista de artigos do vestuário e acessórios
76. Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
77. Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
78. Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
79. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
80. Atividades paisagísticas
81. Instalação e manutenção elétrica
82. Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás





83. Instalação e manutenção de sistema centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
84. Montagem e instalação de sistema e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
85. Atividades de sonorização e de iluminação
86. Aluguel de palcos coberturas e outras estruturas de uso temporários, exceto andaimes
87. Serviço de alimentação para eventos e recepções – bufê
88. Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
89. Atividades de limpeza não especificado anteriormente
90. Limpeza em prédios e em domicílios
91. Locação de automóveis sem condutor
92. Locação de outros meios de transportes não especificados anteriormente, sem condutor
93. Serviços de transportes de passageiros – locação de automóveis com motorista
94. Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
95. Aluguel de máquinas e equipamentos para construção com e sem operador, exceto andaimes
96. Serviços de reboque de veículos
97. Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificadas anteriormente, sem operador
98. Atividades paisagísticas
99. Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

#### CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL

O capital da sociedade é de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), dividido em 230.000 (duzentas e trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda legal corrente do país e assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	% Capital	Valor R\$
LINCOLN KAYE GOMES FILHO	138.000	60%	138.000,00
MAICON ROCHA DIAS	92.000	40%	92.000,00
TOTAL	230.000	100,00	230.000,00

Parágrafo 1º: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º: Os sócios ficam dispensados da caução.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

As cotas de capital dos sócios são intransferíveis a terceiros sem a expressa anuência, por escrito, do outro sócio que, sobre as mesmas, exercerá a preferência, dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias a contar da data da cientificação.



## CLÁUSULA SÉTIMA – DO BALANÇO GERAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros e as perdas.

**Parágrafo 1º:** Nos quatros meses seguinte ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre a prestação de conta daquele exercício.

**Parágrafo 2º:** Os lucros e/ou prejuízos apurados no Balanço geral serão repartidos entre os sócios, a critério dos mesmos, independente da proporcionalidade das cotas de cada um no capital social, podendo, todavia, optarem pelo aumento de capital, utilizando os lucros e/ou compensar prejuízos em exercícios futuros.

## CLÁUSULA OITAVA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida, única e exclusivamente, pelo sócio **LINCOLN KAYE GOMES FILHO**, que assinará pela sociedade, mas somente em negócios de exclusivo interesse social, sendo-lhes vedado, todavia, a assinatura em papéis alheios ao giro das atividades sociais, tais como, avais, fianças, endossos ou documentos de mero favor, isentando-se a sociedade de quaisquer ônus que possam advir pelo uso inadequado e proibitório aqui pactuado.

## CLÁUSULA NONA – DOS IMPEDIMENTOS

O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO USO DO NOME EMPRESARIAL

Somente o sócio **LINCOLN KAYE GOMES FILHO** usará o nome empresarial de acordo com o disposto na **CLÁUSULA OITAVA** desta Consolidação.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RETIRADAS PRÓ-LABORE

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Parágrafo Único:** Os mesmos poderão, se entenderem conveniente, fazer sua remuneração na sociedade, exclusivamente através de distribuição dos lucros regularmente apurados, conforme as normas brasileiras de contabilidade.





## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS IMPEDIMENTO LEGAIS

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse desde ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação aos seus sócios.

RIO BONITO, 11 DE FEVEREIRO DE 2022.



WILTON ROCHA DIAS

CPF: 107.848.397-35



MAICON ROCHA DIAS

CPF: 104.821.827-92



LINCOLN KAYE GOMES FILHO

CPF: 172.221.477-56

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE RIO BONITO - Titular: JORGE FRANCISCO CORREIA  
Rua Roberto Pessoa, 70 - Centro - Rio Bonito - RJ - Tel.: (21) 2794-0000

Reconheço as firmas por Autenticidade de:

MAICON ROCHA DIAS \*\*\*\*\*  
WILTON ROCHA DIAS \*\*\*\*\*

Emols: R\$ 13,70. Fetj: R\$ 2,74. Fundperj: R\$ 0,68. Funperj: R\$ 0,63  
Funarperj: R\$ 0,54. Pmcmv: R\$ 0,26. Iss: R\$ 0,68. Total: R\$ 19,36  
RIO BONITO/RJ 15/02/2022.

CLAUDIO DA SILVA VIEIRA Em test. da verdade Conf. EEAZ 35311 YRF. EEAZ 35312 JTV Consulte www4.tjrj.jus.br/Portal

090548 AA184237

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE RIO BONITO - Titular: JORGE FRANCISCO CORREIA  
Rua Roberto Pessoa, 70 - Centro - Rio Bonito - RJ - Tel.: (21) 2794-0000

Reconheço as firmas por Autenticidade de:

LINCOLN KAYE GOMES FILHO \*\*\*\*\*

Emols: R\$ 6,80. Fetj: R\$ 1,37. Fundperj: R\$ 0,34. Funperj: R\$ 0,31  
Funarperj: R\$ 0,27. Pmcmv: R\$ 0,13. Iss: R\$ 0,34. Total: R\$ 9,68  
RIO BONITO/RJ 16/02/2022

ELAINE JOSE DA SILVA-ESCREVENTE Em test. da verdade Conf. EEAZ 35409 IOK Consulte www4.tjrj.jus.br/Portal

090548 AA185267

CLAUDIO DA SILVA VIEIRA  
Escrevente  
Matrícula: 94/18754

Página 7 de 7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

NIRE: 332.1057083-8 Protocolo: 00-2022/182817-6 Data do protocolo: 21/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/02/2022 SOB O NÚMERO 00004778753 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8155DC4962C4437B30301FCF2FC712E302098FA37C9B1BB02C81E3D321060C75

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 09/10



### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, NIRE 33.2.1057083-8, PROTOCOLO 00-2022/182817-6, ARQUIVADO EM 21/02/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004778753, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
613.149.867-91	VALDETE HONORIO BERNARDES

21 de fevereiro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

NIRE: 33.2.1057083-8 Protocolo: 00-2022/182817-6 Data do protocolo: 21/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/02/2022 SOB O NÚMERO 00004778753 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8155DC4962C4437B30301FCF2FC712E302098FA37C9B1BB02C81E3D321060C75

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEC RJ  
A CHAMADA DIGITAL

Pag. 10/10